

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.249 - RS (2018/0330059-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : **ELDO DIAS DE MEIRA**
ADVOGADOS : **ELDO DIAS DE MEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS009805**
: **MATEUS ROGER BITSCKI - RS066849**
EMBARGADO : **RUBENS JORGE MATTJIE**
EMBARGADO : **SANTA EVA MATTJIE**
ADVOGADO : **MARCOS PANZENHAGEN - RS0070053**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 1.471/1.483) opostos à decisão desta relatoria que negou provimento ao recurso do embargante.

O embargante alega que "ocorreu o prequestionamento da matéria recorrida" (e-STJ fl. 1.472). E ainda que:

(...) a balizar a omissão e o esclarecimento de obscuridade e eliminação de contradição no julgado, com espeque na fundamentação que lastreia os presentes aclaratórios, requer sejam fixados honorários nos moldes do proposto na peça apelativa ou, alternativamente, em percentual mínimo de 10% sobre o valor da condenação, -proveito econômico obtido pelos embargados-, modificando-se o julgado nesse ponto, de modo a sanar contradição entre a fundamentação e a atribuição de valor nominal/absoluto à questão. Restando absolutamente prequestionada a matéria de direito que ora se invoca na propositura do Recurso Especial. (e-STJ fl. 1.481)

Os embargados apresentaram impugnação (e-STJ fls. 1.502/1.504).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração são cabíveis quando existir, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, casos não observados nos autos.

Os embargos declaratórios, em regra, não permitem novo julgamento da causa, como pretende a parte ora embargante, sendo certo que o efeito modificativo pretendido é possível apenas em casos excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado, o que não se evidencia no caso em exame.

Sob esse enfoque, os seguintes precedentes:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENSÃO DA PARTE EM OBTER EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. É inadmissível a interposição de embargos declaratórios para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide. Precedentes.

2. O simples descontentamento com o decisum, a despeito de legítimo, não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento da

Superior Tribunal de Justiça

decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt nos EDcl no AgRg no AREsp 738.681/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 6/11/2018, DJe 12/11/2018.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. SÚMULA 568 DO STJ. ARGUMENTO DE NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. REDISCUSSÃO DE TEMA JÁ APRECIADO. IMPOSSIBILIDADE. MULTA PREVISTA NO ART. 557, § 2º DO CPC/1973 (ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015). NÃO INCIDÊNCIA.

1. Os embargos de declaração objetivam sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão e/ou erro material no julgado (CPC, art. 1022). A ausência do enquadramento fático às hipóteses mencionadas não permite o acolhimento do presente recurso.

2. Não há qualquer omissão concernente à possibilidade de julgamento monocrático, visto que esta Corte Superior possui firme jurisprudência no sentido de que a legislação processual (art. 557 do CPC/1973, equivalente ao art. 932 do CPC/2015, combinados com a Súmula 568 do STJ) permite ao relator julgar monocraticamente recurso inadmissível ou, ainda, aplicar a jurisprudência consolidada deste Tribunal, sendo certo, ademais, que a possibilidade de interposição de recurso ao órgão colegiado afasta qualquer alegação de ofensa ao princípio da colegialidade.

3. No que tange ao argumento de não incidência da Súmula nº 7 do STJ, verifica-se que está nítido o propósito da parte embargante de rediscutir temas que foram devidamente apreciados, o que, contudo, não é cabível na via estreita dos embargos de declaração.

4. Em consonância com a jurisprudência pacífica desta Corte Superior, a simples interposição de agravo contra decisão do relator não implica a imposição de multa.

5. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, apenas para excluir a multa do art. 557, § 2º, do CPC/1973.

(EDcl no REsp 1.269.844/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018.)

Ficou consignado na decisão que:

No que diz respeito à alegada violação dos arts. 85, § 2º, do CPC/2015 e 22 da Lei n. 8.906/1994 e necessidade de observância dos valores mínimos dos honorários contratuais, o conteúdo normativo de tais dispositivos, bem como a discussão apresentada, não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*, apesar da oposição de embargos declaratórios.

Portanto, é inafastável a incidência da Súmula n. 211/STJ. (e-STJ fl. 1.468).

Assim, não se constata nenhum dos casos de cabimento dos embargos declaratórios. O embargante pretende tão somente o re julgamento do recurso.

Em face do exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator